

Santos terá pacote de medidas contra dívidas

Débitos chegam a R\$ 120 milhões; entre as providências, prefeito fala em reduzir cargos

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

Com uma dívida de R\$ 120 milhões com fornecedores, devido à arrecadação de R\$ 150 milhões a menos do que o projetado para 2016, e com um orçamento de 2017 apenas 5,71% maior em comparação a este ano – ou seja, uma elevação abaixo da inflação do período –, a Prefeitura de Santos adotará um pacote de medidas para enfrentar o cenário de crise.

Corte de, no mínimo, 15% em todos os contratos, enxugamento de gastos e de cargos comissionados em órgãos municipais, como Prodesan, Cohab Santista, CET, e até a venda de propriedades para reforçar o caixa são algumas das medidas de austeridade anunciadas ontem pelo chefe do Executivo, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

“Desde o início do mandato, em 2013, adotamos medidas importantes para a Prefeitura ampliar a capacidade de investimentos. Entraremos em uma nova fase nos próximos quatro anos para intensificar os cortes”, frisou.

Barbosa não descarta a hipótese de enxugar o número de cargos comissionados na Prefeitura. Atualmente, segundo ele, são 319. Cerca da metade dessas vagas está ocupada por funcionários concursados.

“Não criamos nenhum cargo desde que assumi em janeiro. O número de comissionados não chega a 3% do quadro total de servidores”, afirmou.

Uma equipe já está fazendo um levantamento de imóveis e áreas subutilizadas pela Administração Municipal para que possam ser colocadas em leilão ou à venda no mercado.



Um dos alvos da redução de cargos seria a Prodesan; já as medidas também incluem venda de imóveis

Desafio diário

“Estou prefeito há 47 meses e sempre paguei os salários dos servidores municipais em dia. Eles não atrasaram nem um minuto. Estamos trabalhando muito todos os meses para pagar em dia. Não é uma tarefa fácil. Cada dia, o nosso desafio é maior. Salário é prioridade absoluta”

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), prefeito reeleito de Santos, ao ser questionado se a Administração Municipal atrasaria o pagamento do 13º salário, em dezembro

REFLEXOS

Ao ser questionado por A Tribuna se o orçamento deste ano foi mal projetado diante da crise financeira que o País já vinha atravessando, Barbosa respondeu que “foi um erro de gestão do Governo Federal, da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e de tudo que ela fez, que derreteu a economia. É só olhar para o lado e ver os reflexos”.

Ele justificou que o Município deixou de arrecadar desde janeiro de 2016 cerca de R\$ 150 milhões, sendo R\$ 75 milhões de ICMS e em torno de R\$ 30 milhões com ISS.

Outra iniciativa para contribuir com a redução de gastos do Executivo depende necessariamente da Câmara. Já estão tramitando na Casa dois projetos de lei, de autoria do Executivo. Um deles é o

Cenário atual

120
milhões

de reais. Essa é a dívida atual da Prefeitura de Santos com fornecedores, segundo a Administração Municipal

que prevê o parcelamento de débitos previdenciários (leia mais abaixo).

A segunda matéria fixa em até R\$ 26,4 mil os pagamentos de ações judiciais em que o Município seja condenado em sentenças transitadas em julgado. Os depósitos devem ocorrer no prazo de 90 dias. “O Legislativo tem um papel importante neste momento de dificuldade”, afirmou.

Prefeitura tem certificado irregular

■ A Prefeitura de Santos está com o Certificado de Regularidade Previdenciário (CRP) irregular desde o dia 4 de outubro, devido ao não repasse de recursos para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Santos (Iprev) a partir de julho.

A impossibilidade de receber recursos da União e do Estado e o impedimento de estabelecer convênios com esses dois entes federativos são algumas das consequências diretas dessa situação, segundo informações do Ministério da Fazenda.

A pasta explicou que essa ir-

regularidade poderá ser sanada pelo Município com a comprovação do repasse integral das contribuições ao Iprev ou com o parcelamento desse débito, em até 60 parcelas.

Para regularizar a situação perante a pasta, o Executivo encaminhou ao Legislativo no dia 10 um projeto de lei que trata do parcelamento desses débitos. Segundo o prefeito Paulo Alexandre Barbosa, a dívida é de R\$ 15 milhões. Ele espera contar com a sensibilidade dos vereadores para aprovar com agilidade a proposta.

PAGAMENTO IMEDIATO

O presidente do Sindicato dos Servidores Estatutários (Sindest), Fábio Pimentel, disse que a Prefeitura deve ao Iprev um valor maior do que o informado por Barbosa (R\$ 20 milhões) e defende o pagamento imediato e integral.

“Creio que essa é a primeira vez que o CRP fica irregular por conta da falta de repasse da Prefeitura desde a criação do Iprev, em 2008”, disse.

O Ministério da Fazenda informou que, nos últimos 10 anos, a Prefeitura ficou apenas alguns dias sem o CRP, devido

a irregularidades que foram sanadas pelo Município.

Conforme o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserv), Flávio Saraiva, a falta de repasse da cota patronal ao Iprev demonstra a falta de prioridade da gestão com o servidor.

O Departamento Jurídico da instituição também está estudando outras possíveis irregularidades da Administração, como o uso indevido de recursos do Iprev para o pagamento da 1ª parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas.